

EDITAL 04/2020

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2020 - P.A SCLP 172/2018

A Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, através do presente Edital de Chamamento, informa aos interessados que se acham abertas as inscrições para Credenciamento de Instituições Financeiras, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO

1.1. Com o intuito de possibilitar a oferta de crédito pessoal consignado em folha de pagamento (consignação facultativa), em parcelas acessíveis aos orçamentos mensais para os servidores Públicos Municipais, Aposentados e Pensionistas que recebem seus proventos pela FUNSERV, doravante denominados BENEFICIÁRIOS, a FUNSERV convoca os interessados para o Chamamento Público para efetuar o credenciamento de Instituições Financeiras Públicas ou Privadas, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses nos termos do art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. O referido credenciamento será efetuado entre a FUNSERV e as Instituições Financeiras que ofereçam melhores condições e taxas aos BENEFICIÁRIOS desde que estes sejam:

- a) Servidores estatutários estáveis lotados na FUNSERV;
- b) Servidores estatutários em estágio probatório (com limite final de 24 parcelas) a partir da 2ª fase de avaliação;
- c) Servidores comissionados externos, com limite máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas.
- d) Ex servidores aposentados, desde que seus proventos sejam de competência da FUNSERV.
- e) Pensionistas desde que seus proventos sejam de competência da FUNSERV.

e)1. Nos casos de pensão por morte concedida a filhos menores, deverá ser observada a data de suspensão do benefício, fato esse que ocorre quando o BENEFICIÁRIO completa 21 anos de idade.

1.3. São impedidos de contrair a operação, os servidores que:

- a) Trabalhem sob-regime de tarefas, autônomos ou contrato temporário (CLT);
- b) Estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos proventos não sejam pagos pela FUNSERV, ou exonerados.





FUNSERV

§ 1º O crédito consignado somente poderá ser refinanciado com a mesma ou outra Consignatária após pagamento mínimo de 06 (seis) parcelas.

§ 2º Serão liberados, dentro do mês de competência, os pedidos protocolados até o dia 15 (quinze) de cada mês.

§3º As Consignatárias credenciadas não poderão assediar, por qualquer meio o BENEFICIÁRIO oferecendo empréstimo pessoal consignado, sob pena de suspensão, inclusive e principalmente nas dependências e arredores do prédio da FUNSERV.

2. DAS CONSIGNATÁRIAS

2.1. Podem ser credenciadas como Consignatárias apenas as Instituições bancárias, públicas e privadas.

3. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados no credenciamento deverão apresentar o Requerimento para Credenciamento, conforme modelo – ANEXO I.

3.2. Para serem credenciadas como Consignatárias, exigir-se-á das referidas na “Cláusula Segunda” a prévia “HABILITAÇÃO” através da comprovação de sua Habilitação Jurídica e de Regularidade Fiscal, Contábil e Trabalhista.

3.3. A **Habilitação Jurídica** deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando-se de sociedade empresária;
- d) **Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) **Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira** no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.





FUNSERV

3.3.1. Os documentos descritos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

3.4. A Regularidade Fiscal e Trabalhista deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidões de **regularidade de débitos para com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade vigente;
- e) CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, atualizado para comprovação de situação regular, em cumprimento ao instituído por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3.5. A Qualificação Econômica e Financeira deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de **Falência e Concordata** expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de **recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.5.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

3.6. Deverão ser apresentados também os **Documentos Complementares**:

- a) Declaração da Instituição sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante legal da





FUNSERV

empresa, bem como de que os seus dirigentes não se enquadram em nenhuma das hipóteses previstas na Lei Municipal de nº 10.128/2012.

- b) Autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil;
- c) Declaração do Banco Central do Brasil de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial.

3.7. Os requisitos estabelecidos nesta cláusula devem ser mantidos enquanto a entidade for credenciada como Consignatária, sob pena de descredenciamento.

3.8. Os documentos mencionados nos itens acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da administração pública ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do Artigo 32 da Lei 8.666/93.

3.9. Não poderão participar deste chamamento:

- a) Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- b) Empresas que se encontrem sob falência; concurso de credores; dissolução; liquidação ou em regime de consórcio.
- c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão de licitar e contratar com a FUNSERV;
- d) Empresas que estejam respondendo a denúncia ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública.

3.10. Os documentos apresentados em atendimento ao presente Edital de Chamamento que não possuam prazo de vigência estipulado em lei específica ou expresso em seu corpo terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

4. DA PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO





FUNSERV

4.1. A proposta deverá ser firme e precisa, estabelecendo o percentual de juros para a concessão do crédito pessoal, para as seguintes operações:

- a) Crédito para pagamento em 12 (doze) meses;
- b) Crédito para pagamento em 24 (vinte e quatro) meses;
- c) Crédito para pagamento em 36 (trinta e seis) meses;
- d) Crédito para pagamento em 48 (quarenta e oito) meses;
- e) Crédito para pagamento em 60 (sessenta) meses;
- f) Crédito para pagamento em 72 (setenta e dois) meses;
- g) Crédito para pagamento em 84 (oitenta e quatro) meses;
- h) Crédito para pagamento em 96 (noventa e seis) meses;
- i) Crédito para pagamento em 108 (cento e oito) meses;
- j) Crédito para pagamento em 120 (cento e vinte) meses.

4.2. O crédito é limitado ao teto de 30% do líquido dos vencimentos dos BENEFICIÁRIOS.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Compete ao Presidente da FUNSERV desde que presentes o interesse público, a conveniência e a oportunidade da medida, bem assim atendidas às condições exigidas por este Edital, decidir sobre o pedido de credenciamento e autorizar a formalização do respectivo termo, por seus representantes legais, podendo designar outros funcionários a análise da documentação e outras providências.

5.2. Compete à Seção de Pagamentos e Benefícios da FUNSERV formalizar o termo de credenciamento e atribuir à Consignatária os códigos de descontos específicos e individualizados, nos quais serão averbadas as consignações, sendo destinado 01 (um) código por instituição financeira.

6. DAS CONDIÇÕES DO SISTEMA DE CONSIGNAÇÕES

6.1. O sistema de consignação observará os princípios da formalidade e da transparência, bem como as seguintes regras:





FUNSERV

6.1.1. As Consignatárias deverão conservar em seu poder, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data do término da consignação, prova do ajuste celebrado com o BENEFICIÁRIO, bem como a prévia e expressa autorização firmada, por escrito, para o desconto em folha.

6.1.2. Quando solicitado pela FUNSERV, a Consignatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a autorização firmada pelo BENEFICIÁRIO, sob pena de advertência.

6.2. A Consignatária deverá, sem prejuízo de outras informações a serem prestadas na forma do “ Art. 52 da Lei Federal nº8078/90 - Código de Defesa do Consumidor”, dar ciência prévia ao BENEFICIÁRIO das seguintes informações:

- a) Valor total financiado;
- b) Taxa efetiva mensal e anual de juros;
- c) Todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor financiado;
- d) Valor, número e periodicidade das prestações;
- e) Montante total a pagar com o empréstimo.

6.3. A Consignatária que receber qualquer quantia indevida fica obrigada a devolvê-la diretamente ao BENEFICIÁRIO, em prazo não superior a 05 (cinco) dias a contar da data do repasse, após este prazo sob os valores devidos incidirá correção monetária do período e juros de mora iguais aos da consignação.

6.4. Independentemente de solicitação do BENEFICIÁRIO, uma vez quitado antecipadamente o compromisso assumido, fica a Consignatária obrigada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da quitação das obrigações, a excluir a respectiva consignação do sistema eletrônico de consignações, sob pena de ser aplicada à Consignatária a advertência.

6.4.1. Ocorrendo o desconto indevido, estará ela obrigada a restituir os valores correspondentes, em prazo não superior a 05 (cinco) dias a contar da data do repasse, após este prazo incidir correção monetária do período e juros de mora iguais aos da consignação.





FUNSERV

6.5. Nas consignações facultativas, será assegurada a possibilidade de quitação antecipada mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, conforme estabelecido no "Art. 52 da Lei Federal nº8078/90 - Código de Defesa do Consumidor", sob pena de advertência.

6.6. Sempre que solicitado pelo BENEFICIÁRIO, a Consignatária terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para fornecer quaisquer informações de interesse do solicitante, incluindo saldo devedor para liquidação antecipada de empréstimo pessoal, sob pena de aplicação da pena de advertência.

6.7. As consignações facultativas poderão ser canceladas:

- a) Por interesse da Administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade, após prévia comunicação à Consignatária, não alcançando as consignações já averbadas ou em processo de averbação;
- b) Por interesse da Consignatária, expresso por meio de solicitação formal encaminhada a FUNSERV;
- c) Por interesse do BENEFICIÁRIO expresso por meio de solicitação à Consignatária correspondente.

Parágrafo único - O cancelamento das consignações deverá ser efetivado pela Consignatária diretamente no sistema eletrônico de consignações, no prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, contado da data do protocolo do pedido de cancelamento pelo BENEFICIÁRIO, sob pena de advertência.

6.8. As Consignatárias deverão informar até o quinto dia útil de cada mês, correta e claramente, a taxa de juros praticada para o crédito e financiamento consignados, observando os limites estabelecidos, sob pena de não efetivação de novos descontos pelo prazo de 30 (trinta) dias.





FUNSERV

6.9. O crédito consignado somente poderá ser refinanciado após o pagamento mínimo de 06 (seis) parcelas.

6.10. Serão liberados, dentro do mês de competência, os pedidos protocolados até o dia 15 (quinze) de cada mês.

6.11. Fica vedado à Consignatária, exigir e condicionar que o BENEFICIÁRIO possua ou proceda à abertura de conta corrente.

6.12. É vedado à Consignatária exigir e condicionar que o Beneficiário possua ou proceda a abertura de conta corrente.

6.13. É vedado à Consignatária realizar qualquer desconto referente ao empréstimo consignado em conta corrente sem prévia e expressa autorização do servidor e da FUNSERV.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA

7.1. Obriga-se a Consignatária:

7.1.1. Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira aos BENEFICIÁRIOS da FUNSERV, respeitada as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Credenciamento.

7.1.2. Fornecer à FUNSERV, até dia 15 de cada mês, arquivo e/ou extrato, contendo a identificação de cada contrato, nome do BENEFICIÁRIO devedor e valor da prestação a ser averbada em folha de pagamento, bem como número de parcelas quitadas.

7.1.3. Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de BENEFICIÁRIOS devedores, de acordo com as informações e solicitações da FUNSERV, nas situações previstas neste Edital e no Termo de Credenciamento.

7.1.4. Fornecer a posição da dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pela FUNSERV.





FUNSERV

7.1.5. Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, da autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNSERV

8.1. É de responsabilidade da FUNSERV:

- a) Fornecer à Consignatária, com a indicação dos valores máximos disponíveis a serem averbados da margem consignável de cada proponente, quando solicitados pelo BENEFICIÁRIO;
- b) Efetuar o correto enquadramento dos BENEFICIÁRIOS, conforme condições deste Edital;
- c) Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização do Convênio;
- d) Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da Consignatária;
- e) Repassar à Consignatária, até o 5º (quinto) dia útil contado da data do crédito do salário dos BENEFICIÁRIOS, o total dos valores averbados;
- f) Recepcionar e devolver à Consignatária o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos, após o fechamento contábil da folha.
- g) Comunicar à Consignatária a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;
- h) Comunicar à Consignatária, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do conhecimento do fato, a ocorrência da redução na remuneração;
- i) Solicitar a exclusão no extrato ou arquivo de averbação de BENEFICIÁRIOS devedores desligados por qualquer motivo que estejam sendo excluídos da folha de pagamento da FUNSERV;





FUNSERV

- j) Prestar à Consignatária as informações necessárias para a contratação da operação, inclusive o total já consignado em operações preexistentes e as demais informações necessárias para o cálculo da margem consignável disponível;
- k) Indeferir pedido efetuado por BENEFICIÁRIO devedor sem a aquiescência da Consignatária, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito;
- l) Responsabilizar-se pela divulgação a seus BENEFICIÁRIOS sobre a formalização, objeto e condições do Credenciamento, orientando-os quanto aos procedimentos necessários para a obtenção do empréstimo, bem como por esclarecimentos adicionais que vierem a ser por eles solicitados.

9. DA TAXA DE JUROS

- 9.1. A FUNSERV editará normas para estabelecer o limite máximo de taxa de juros e prazo para o crédito consignado, sempre que a adoção dessa medida se revelar conveniente e oportuna.
- 9.2. As taxas de juros praticadas pelas Consignatárias deverão ser disponibilizadas, permanentemente, para fins de consulta do BENEFICIÁRIO na Seção de Pagamentos e Benefícios.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Poderá ser aplicada às Consignatárias a penalidade de ADVERTÊNCIA por escrito, quando:
- 10.1.1. As consignações forem processadas em desacordo com as normas complementares estabelecidas pela FUNSERV, na forma da cláusula décima deste Edital, se do fato não resultar pena mais grave;
- 10.1.2. Não forem atendidas as solicitações da FUNSERV, se do fato não resultar pena mais grave;
- 10.1.3. For infringido os dispostos na Cláusula Sexta e subitens deste Edital;
- 10.1.4. For infringido os dispostos na Cláusula Sétima e subitens deste Edital;
- 10.1.5. Não forem prestadas as informações solicitadas pelo BENEFICIÁRIO, nas formas dos itens 6.2 e 6.6 deste Edital;





FUNSERV

10.2. Poderão ser aplicadas às Consignatárias as seguintes penalidades de **SUSPENSÃO** de novas consignações pelo prazo de 30 (trinta) dias, na hipótese do item 6.8. deste Edital;

10.3. Suspensão preventiva do código de consignação, enquanto perdurar procedimento instaurado para verificação de utilização indevida da folha de pagamento nas hipóteses do item 10.4 e subitens abaixo;

10.4. Cassação do código de consignação, quando a Consignatária:

- a) Utilizar indevidamente as consignações em folha de pagamento ou processá-las em desacordo com o disposto neste Edital, mediante simulação, fraude, dolo, conluio ou culpa;
- b) Ceder, a qualquer título, códigos de consignação a terceiros ou permitir que sejam procedidas consignações por parte de terceiros;
- c) Utilizar códigos para descontos não previstos neste Edital.

§ 1º - A Consignatária será notificada da infração a ela imputada para oferecimento de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º - O não acolhimento da defesa ou a ausência de sua apresentação no prazo previsto no § 1º desta Cláusula acarretará a aplicação da penalidade cabível, mediante publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município.

§ 3º - Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso à autoridade imediatamente superior, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4º - Quando aplicada a pena de cassação, a Consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 5 (cinco) anos.

§ 5º - A aplicação das penalidades referidas nos incisos deste artigo não alcançará situações pretéritas, exceto as julgadas irregulares.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. Estarão sujeitas ao credenciamento as Consignatárias que:

- a) Não utilizarem seus códigos ou sub códigos pelo período de 01 (um) ano;
- b) Não comprovarem a manutenção das condições exigidas neste Edital por ocasião do recadastramento anual;
- c) No decurso de um ano, forem advertidas por 3 (três) vezes.





FUNSERV

§ 1º - Na hipótese do item c) desta Cláusula, a Consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 1 (um) ano.

§ 2º - O Descredenciamento e a Cassação do código de consignação implicarão denúncia do respectivo credenciamento.

11.2. O Descredenciamento dar-se-á mediante a publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Às consignações em folha de pagamento aplicam-se subsidiariamente, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor e demais normas relacionadas.

12.2. O presente Edital de chamamento não gera direito subjetivo para as entidades, não importando, necessariamente, na celebração do termo de credenciamento.

12.3. A FUNSERV não se responsabiliza em qualquer hipótese pela transação.

12.4. Os interessados deverão apresentar a documentação para Credenciamento no período de 30/11/2020 até o dia 11/12/2020 às 16h30, na Divisão Administrativa Financeira, 2º andar do prédio da FUNSERV, localizado à Rua Major João Lício, 265-Centro-Sorocaba/ SP.

12.5. Serão publicadas as instituições habilitadas para a celebração do Termo de Convênio no Diário Oficial de Sorocaba.

12.6. O início do credenciamento será a partir da data de assinatura do Termo próprio pelas partes.

Sorocaba, 26 de novembro de 2020.


SILVANA MARIA SINISCALCO DUARTE CHINELATTO

PRESIDENTE – FUNSERV



Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba
Rua Major João Lício, nº 265 - CEP 18035-105 - Sorocaba/SP | 15 2101.4412 | funservsorocaba.sp.gov.br
CNPJ 67.366.310/0001-03 | Leis 4168 e 4169 de 01/03/1993



FUNSERV

ANEXO I
REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS/ FINANCEIRAS, PARA A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS PESSOAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NA MODALIDADE CONSIGNADA, JUNTO À FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA,** nos termos do Chamamento Público nº 01/2020.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo:

Email:

Telefone(s):

Representante Legal:

CPF/ RG:

Email:

Telefone(s):

Nome legível do requerente:

Assinatura do Requerente

ANEXO II

Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba
Rua Major João Lício, nº 265 - CEP 18035-105 - Sorocaba/SP | 15 2101.4412 | funservsorocaba.sp.gov.br
CNPJ 67.366.310/0001-03 | Leis 4168 e 4169 de 01/03/1993





FUNSERV

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A....E A FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA VISANDO A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SEUS SERVIDORES COM PAGAMENTO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

A **Fundação da Seguridade social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba**, inscrita no CNPJ sob nº. 67.366.310/0001-03, isenta de Inscrição Estadual, com sede na Rua Major João Lício, 265 – Centro – Sorocaba - SP, denominada simplesmente FUNSERV, neste ato representada pelo sua Presidente, _____, RG nº _____ e CPF nº _____ residente e domiciliada nesta cidade e _____, e a empresa _____ (em recuperação judicial/extrajudicial quando for o caso) inscrita no CNPJ sob nº. _____, Inscrição Estadual nº. _____, com sede à _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador do RG nº. _____ e CPF nº. _____, doravante denominada CONSIGNATÁRIA, celebram o presente Convênio sob as cláusulas e condições adiante estipuladas, em conformidade com a legislação em vigor que dispõe sobre a autorização para consignação em folha de pagamento em favor de terceiros:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Credenciamento a concessão de empréstimo, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamento, aos beneficiários da FUNSERV, abaixo relacionados:

- a) Servidores estatutários estáveis lotados na FUNSERV;
- b) Servidores estatutários em estágio probatório (com limite final de 24 parcelas) a partir da 2ª fase de avaliação;
- c) Servidores comissionados externos, com limite máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas.
- d) Ex servidores aposentados, desde que seus proventos sejam de competência da FUNSERV.
- e) Pensionistas desde que seus proventos sejam de competência da FUNSERV.
- e)1.** Nos casos de pensão por morte concedida a filhos menores, deverá ser observada a data de suspensão do benefício, fato esse que ocorre quando o BENEFICIÁRIO completa 21 (vinte e um) anos de idade.

1.2. São impedidos de contrair a operação, os servidores que:

- a) Trabalhem sob-regime de tarefas, autônomos ou contrato temporário (CLT);
- b) Estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos proventos não sejam pagos pela FUNSERV ou exonerados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA FUNSERV

2.1. Indicar por meio de Carta de Apresentação/Termo de Responsabilidade assinado pelos representantes legais da FUNSERV, um ou mais representantes que assumam(m) a responsabilidade de:

- a) Fornecer à consignatária indicação dos valores máximos disponíveis a serem averbados da margem consignável de cada proponente, quando solicitados pelo Beneficiário;
- b) Efetuar o correto enquadramento dos Beneficiários, conforme condições deste Credenciamento;
- c) Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste Credenciamento mediante recibo;





FUNSERV

- d) Averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor da consignatária;
- e) Repassar a consignatária, até o 5º (quinto) dia útil contado da data do crédito do salário dos beneficiários, o total dos valores averbados;
- f) Recepcionar e devolver à consignatária o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos, após o fechamento contábil da folha
- g) Comunicar a consignatária a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;
- h) Solicitar a exclusão no extrato ou arquivo de averbação de beneficiários/servidores desligados por qualquer motivo que estejam sendo excluídos da folha de pagamento da FUNSERV;
- i) Prestar à consignatária as informações necessárias para a contratação da operação;
- j) Responsabilizar-se pela divulgação a seus beneficiários sobre a formalização, objeto e condições deste Credenciamento, orientando-os quanto aos procedimentos necessários para a obtenção do empréstimo, bem como por esclarecimentos adicionais que vierem a ser por eles solicitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONSIGNATÁRIA

3.1. Obriga-se a CONSIGNATÁRIA a:

- a) Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos beneficiários e servidores da FUNSERV, respeitadas as condições estabelecidas neste Credenciamento, observando todas as condições no Edital 004/2020 e no Credenciamento;
- b) Fornecer à FUNSERV, até o dia 15 de cada mês, 1 via da autorização de desconto emitida pelo Sistema E- CONSIG devidamente assinada pelo servidor.
- c) Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de servidores/devedores, de acordo com as informações e solicitações da FUNSERV, nas situações previstas neste Credenciamento.
- d) A consignatária que receber qualquer quantia indevida fica obrigada a devolvê-la diretamente ao beneficiário, em prazo não superior a 05 (cinco) dias a contar da data do repasse, após este prazo deverá incidir correção monetária do período e juros de mora iguais aos da consignação.
- e) Fornecer a posição da dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pela FUNSERV;
- f) Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, da autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo;
- g) Manter o sistema “E-consig” gerenciador de empréstimos consignados para viabilizar as operações;
- h) Averbar o valor da operação na data correta e efetiva do empréstimo consignado.





FUNSERV

- i) Informar e manter atualizados os dados da conta bancária, cuja FUNSERV realizará o repasse mensal, por meio de transferência eletrônica, sob pena de ser aplicada a Cláusula 7.2.
- j) Respeitar e cumprir todas as normas/regras impostas pelo BACEN – Banco Central, no que se refere às práticas e procedimentos de empréstimos consignados

3.2 É Vedado a CONSIGNATÁRIA:

- a) Exigir e condicionar que o servidor possua ou proceda a abertura de conta corrente.
- b) Realizar qualquer desconto referente ao empréstimo consignado em conta corrente sem prévia e expressa autorização do servidor e da FUNSERV.

CLÁUSULA QUARTA – DATA DO PAGAMENTO

- 4.1. O crédito do salário dos servidores ativos da FUNSERV ocorre no último dia útil de cada mês.
- 4.2. O crédito dos proventos dos aposentados e pensionistas ocorre no penúltimo dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

- 5.1. O presente Credenciamento é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos dentro dos prazos legais estipulados pelo Art.57 da Lei Federal 8.666/93, desde que seja acordado entre os partícipes, podendo, entretanto, quaisquer das partes rescindirem-no conforme previsto na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA SEXTA – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. A Consignatária suspenderá temporariamente o Credenciamento, quando:
 - a) Ocorrer o descumprimento por parte da FUNSERV de qualquer cláusula ou condição estipulada neste Credenciamento
 - b) A FUNSERV não repassar a Consignatária os valores averbados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o vencimento do extrato;
 - c) Houver mudanças na política governamental ou operacional da Consignatária, que recomendem a suspensão das contratações;

Parágrafo Primeiro – A suspensão do Credenciamento não desobriga a FUNSERV de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados;

Parágrafo Segundo – O restabelecimento do Credenciamento ficará a critério da Consignatária, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. A qualquer tempo, é facultado às partes denunciar o presente Credenciamento, mediante manifestação formal de quem a desejar, continuando, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pela FUNSERV, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.





FUNSERV

7.2. Estarão sujeitas ao descredenciamento as consignatárias que:

- I- Não utilizarem seus códigos pelo período de 01(um) ano;
- II- Não comprovarem a manutenção das condições exigidas no Edital publicado por ocasião do cadastramento anual;
- III- No decurso de um ano, forem advertidas 03(três) vezes.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese do inciso III desta cláusula, a consignatária não poderá solicitar novo credenciamento pelo período de 01(um) ano.

Parágrafo Segundo- O descredenciamento e a cassação do código de consignação implicarão denuncia do respectivo credenciamento.

7.3. A partir da data de formalização da denúncia, por qualquer das partes, ficam suspensas novas contratações de crédito.

Parágrafo Único – As propostas em andamento, desde que autorizado pelo Beneficiário, terão continuidade de análise e poderão resultar em contratação do crédito em caso de aprovação pela Consignatária, obrigando-se, neste caso, a FUNSERV a promover a averbação das prestações em folha de pagamento até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os descontos autorizados pelo beneficiário/devedor na forma deste Credenciamento terão preferência sobre outros descontos da mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente.

8.2. Ficam mantidas e ratificadas as obrigações constantes no Edital de Chamamento devidamente publicado.

8.3. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente Convênio, o foro competente é o da Comarca de Sorocaba-SP;

8.4. A FUNSERV e a Consignatária declaram, para todos os fins de direito que tiveram prévio conhecimento das cláusulas deste credenciamento, por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambigüidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas neste Credenciamento.

E, por estarem assim justas e convencionadas, assinam este Credenciamento, em duas vias de igual teor e forma, ficando cada parte com a via que lhe pertence.

Sorocaba, xx de xx de 2020.

Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto
Presidente FUNSERV

Responsável Legal Consignatária

Isabel Cristina Sampaio Fernandes
Chefe da Seção de Pagamentos e Benefícios

José Antonio de Oliveira Júnior
Diretor Adm.e Financeiro

FUNSERV

Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba

Rua Major João Lício, nº 265 - CEP 18035-105 - Sorocaba/SP | 15 2101.4412 | funservsorocaba.sp.gov.br

CNPJ 67.366.310/0001-03 | Leis 4168 e 4169 de 01/03/1993





FUNSERV

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2020, da Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, DECLARO, sob as penas da lei:

- a) Que a empresa cumpre plenamente todos os requisitos exigidos no Edital 04/2020 sob pena de sujeição às penalidades previstas.
- b) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- c) Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- d) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deve apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- e) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deve apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

Sorocaba, de de 2020.

Nome e assinatura do representante legal RG nº

